



Diálogos Latinoamericanos
Brasiliansk og Latinamerikastudier - CLAS
Universidad de Aarhus
romcm@hum.au.dk
ISSN: 1600-0110
DIMANARCA

2001
Jaime Ginzburg
ESCRITAS DA TORTURA
Diálogos Latinoamericanos, número 003
Universidad de Aarhus
Aarhus, Latinoamericanistas
pp. 131-146

Escritas da Tortura

Jaime Ginzburg (*)

*“O procurador me perguntou se eu havia sido torturado.
Minha resposta foi o silêncio, enquanto nos olhávamos fixamente nos olhos”
Rodolfo Konder*

Começo este texto resumindo uma idéia de um artigo de Renato Janine Ribeiro, *A dor e a injustiça*. De acordo com Ribeiro, a sociedade brasileira viveu em sua formação dois traumas fundamentais. O primeiro está associado ao impacto histórico de séculos de exploração colonial, forjada de modo violento, dos momentos iniciais à independência no início do século XIX. O segundo está vinculado à crueldade inerente à escravidão, que sustentou o processo de formação do Estado Nacional, no período imperial. Somos herdeiros, na perspectiva de Ribeiro, de duas experiências dolorosas, de sujeição à agressão, de ausência de senso coletivo, de absoluta falta de consideração com relação à maioria dos habitantes por parte das elites. Nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas conseqüências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas.

O texto de Ribeiro nos remete diretamente ao estudo de Márcio Seligmann-Silva *A história como trauma*, cujo centro de interesse está nas representações literárias do Holocausto. Ao deixarmos de lado os paradigmas positivistas e a noção de progresso evolutivo, e encararmos o processo histórico sob a perspectiva do trauma, tomando a categoria originária da psicanálise, temos de rever nossas concepções habituais de representação, memória e narração. Como explica o autor, ver a história como trauma coloca em questão a própria possibilidade de elaborar uma representação, pois o trauma é, por definição, algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar, pelo grau intolerável de dor que a ele se associa.

Seligmann-Silva mostra como na literatura referente ao Holocausto, é colocado um problema fundamental, como representar aquilo que por definição é irrepresentável. Como tornar racionalizada, verbalizada, articulada, uma experiência que em si mesma está além de qualquer tolerância da consciência, sem reduzir seu impacto, falseando sua especificidade, e sem generalizá-la, eliminando a singularidade que é essencial à sua estranheza.

Se da experiência do trauma for removida a estranheza, o risco é a trivialização, a normalização daquilo que, pelo horror que constitui, não pode ser banalizado. O holocausto não pode se tornar normal, o massacre sistemático não pode ser trivial, os campos de concentração não podem se tornar eticamente aceitáveis. Como então pode um escritor, ao mesmo tempo, impedir que os fatos sejam esquecidos, para alertar as gerações seguintes, e evitar o enfrentamento da experiência terrível do reencontro com o extremo da dor? Como conciliar o empenho da memória com a resistência ao horror?

Explica Adorno na *Teoria estética* a respeito da poesia de Paul Celan, que a expressão literária, diante da desumanização, se obriga a rever sua relação com a linguagem. A poesia de Celan é de difícil compreensão, mas sua linguagem incomum é essencial para que se toque no âmago da experiência histórica. A ruptura com as convenções triviais da linguagem obriga a percepção a um caminho diferenciado de conhecimento e formulação de idéias. Sem esse movimento para a diferenciação, a literatura permaneceria empregando a linguagem trivial, incapaz de provocar o leitor a avaliar a dimensão singular, estranha e terrível da experiência sugerida. A violência do holocausto, por seu grau de impacto, por sua deliberada desumanização, por sua inclinação para destituir a humanidade de suas referências de medida de sujeição à auto-destruição, perante a consciência racional, que em tudo procura causas e efeitos, relações lógicas entre as partes e o todo, deve necessariamente causar perplexidade. Se não causar, é porque não é mais sentida como trauma coletivo.

Tomando a noção de *história como trauma* como exposta por Seligmann-Silva em sua reflexão sobre o holocausto, e a formulação de Ribeiro da impossibilidade de superação de dois traumas constitutivos da formação da sociedade brasileira, estabelecemos uma perspectiva para refletir sobre um problema delicado da história brasileira recente – a disseminação da tortura. Considerando a complexidade do assunto, cabe restringir o enfoque com cautela. Dentro de uma reflexão sobre a tortura, pretendemos colocar o problema da relação entre memória, linguagem e trauma, tendo como horizonte a seguinte dificuldade. No momento presente, no país, são ampliadas as discussões sobre direitos humanos e se multiplicam os interesses na formação de grupos de defesa de excluídos (cabe registrar que, enquanto escrevo, está se realizando no Brasil, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial, integrando muitos grupos ligados à defesa de direitos humanos, originários de vários países, apesar de setores dominantes da indústria cultural menosprezarem o evento, tratando-o como inconseqüente ou ignorando-o).

Paradoxalmente, o debate político e social tem dado mostras, ao longo dos anos 90, de um interesse de parte da população pelo retorno de regimes autoritários, sob alegações referentes à falência da democracia, considerada uma bagunça fora de controle. Entre os jovens que ocupam as classes universitárias, os debates são às vezes ainda mais intensos, quando o individualismo predominante cede à discussão de planos para o futuro do país.

Recentemente acompanhei em Porto Alegre um seminário sobre as forças do extremismo na Europa e os incentivos ao neonazismo no Brasil. Em meio ao debate, um jovem culto universitário tomou o microfone para dizer que o fato de hoje a Constituição Brasileira considerar o racismo um crime é uma limitação da liberdade de expressão, e que se surgisse no Brasil um partido político assumido como racista ou nazista deveríamos respeitá-lo como a qualquer outro. Enquanto isso, notícias vindas da Colômbia, país vizinho vivendo hoje em tensão política extrema, vêm esparsas e raras, em meio aos enormes espaços na mídia dedicados a times de futebol e à vida privada de apresentadoras de televisão. A dificuldade de escrever sobre a tortura no Brasil está em saber que entre os jovens que ocupam hoje classes universitárias não há nem mesmo o consenso ético de que a tortura deva ser eliminada. Muitos não têm interesse na tomada de posicionamento. Muitos cultivam um descaso que, em perspectiva histórica, é potencialmente capaz de reforçar a desumanização. Conforme a linha de pensamento de George Steiner, as universidades conseguem conviver lado a lado com campos de concentração.

Como explica Karl Scholhammer, a violência teve em nossa formação social um papel fundamental, constitutivo. Antonio Candido observou com ênfase, em *Censura-violência*, a sucessão de episódios sanguinolentos que compõe o que chamamos de história do Brasil. Como nosso processo histórico é marcado pelos dois traumas constitutivos, a violência exploratória colonial e a crueldade escravocrata, no Brasil os regimes autoritários tiveram, no período republicano, facilidade de instalação e permanência. As ditaduras latino-americanas, incluindo a brasileira, conforme palavras de *Imaginando dictaduras*, estudo de Tzvi Tal, neutralizaram movimentos populares, através de “mecanismos de repressão, intimidação, cooptação e eliminação física da oposição” (2000: 258).

A conservação de valores por parte das elites, estrategicamente articulada com uma política educacional e cultural dedicada à preservação da desigualdade de condições de acesso ao conhecimento, tem permitido que, mesmo em períodos considerados democráticos,

várias das grandes instituições legislativas, executivas, educacionais, responsáveis pela saúde e pelos problemas sociais se comportem de modo a manter a desigualdade e a hierarquia, cultivando ideologias autoritárias. Em trabalhos de Simon Schwartzman, Emílio Dellasoppa, Paulo Sérgio Pinheiro, Oscar Vilhena Vieira, José Antonio Segatto, Alba Zaluar, José Vicente Tavares e Cláudia Tirelli, encontramos argumentos claros no sentido de que a violência e a política de orientação autoritária são fenômenos caracterizados pela continuidade no Brasil. Schwartzman, por exemplo, explica detalhadamente como as instituições políticas, incluindo os partidos, têm sua história associada à ausência de um limite claro entre o institucional e o pessoal, o público e o privado, herança dos períodos colonial e imperial. Essa situação facilitou, no século XX, a vigência de orientações autoritárias, tanto em regimes ditatoriais (Estado Novo e Ditadura Militar), como em períodos considerados democráticos. Sem nunca ter adotado o totalitarismo em sentido estrito (com partido único e controle absoluto da sociedade pelo Estado), o Brasil também nunca teve, por outro lado, uma experiência plena de democracia, pois ideologias autoritárias servem como referências de conduta social para grupos expressivos da elite até hoje. Nessa linha, o livro *Brasil: nunca mais*, dedicado ao tema da tortura, estabelece a conexão entre a herança colonial e escravista e os sistemas repressivos do país no século XX, sugerindo uma linha de continuidade de violência (1996:18) que ajuda a compreender as dimensões complexas do passado recente e do presente. O livro de Paulo Sérgio Pinheiro *Escritos Indignados*, de 1984, é forte e contundente no sentido de apontar a permanência do autoritarismo em tempos de aparente democracia.

Nesse livro, Pinheiro aponta de modo brilhante para o vínculo estabelecido, no Brasil, entre autoritarismo e violência. A eficiência da política autoritária depende de sua administração da violência física, da instalação de terror e medo em classes populares. Um dos capítulos do livro, publicado originalmente na *Folha de São Paulo* em 1980, se intitula *A tortura continua*. Neste e em várias outras partes do livro, Pinheiro demonstra a permanência da violência a serviço do Estado como realidade cotidiana no Brasil. Levanta casos exemplares e questiona a posição da sociedade com relação ao problema. A tortura teria o papel de método de ação policial, estando os investigadores interessados na confissão de suspeitos a qualquer custo. De acordo com Pinheiro, na ditadura do Estado Novo foram elaboradas técnicas rigorosas para a tortura. A Ditadura Militar que se estendeu dos anos 60 ao início dos anos 80 teria assimilado lições e aperfeiçoado estratégias. Segundo o autor, o Brasil estaria em um grupo de países ainda insistentes

no emprego da tortura, mesmo em tempos de defesa de direitos humanos, ao lado do Haiti, do Irã e do Uruguai.

Outros trabalhos comprovam a continuidade da tortura em tempos tidos como democráticos. Em texto de 1986, *Tortura sempre*, Paulo Sergio Pinheiro resume relatos oriundos do sul do país e enfatiza que de modo geral as vítimas pertencem às classes populares. Gilberto Dimenstein relata, entre outros casos, a tortura de 25 detentos da Penitenciária de Rio Branco por policiais, em 1994. No *Relatório Azul 1997*, produzido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, são transcritas denúncias recentes de tortura a prisioneiros em estabelecimento penal de Charqueadas.

Como explicar a permanência e o crescimento da violência na sociedade brasileira, considerando o passado histórico que temos? Como entender a aparente baixa relevância social atribuída ao problema? Na perspectiva dada pelos sociólogos mencionados – Pinheiro, Vieira, Dellasopa, Segatto – a resposta deve remeter à idéia de uma continuidade do autoritarismo entre nós, cujo eixo de sustentação se fundamenta no passado colonial e escravista. Como formação social, tornamos graus intoleráveis de violência elementos toleráveis e mesmo rotineiros. De algum modo, é necessário compreender, em termos de psicologia social, como esse paradoxo se mantém firme e resistente às tentativas de mudança.

Uma pista pode ser dada pelo diálogo entre História e Literatura. No brilhante livro *The untimely present*, Idelber Avelar sustenta a tese de que, nos períodos pós-ditatoriais, na América Latina, encontramos marcas de um doloroso trabalho de superação das perdas (em termos freudianos, um movimento entre o luto e a melancolia) que não chega, nas obras mais elaboradas, à consumação. Articulando com os termos de Janine Ribeiro e Seligmann-Silva, é como se nossa literatura mostrasse que não conseguimos superar plenamente nossos traumas. Na perspectiva psicanalítica, isso significa, necessariamente, uma problematização do modo de lidar com a linguagem e da capacidade de representar a experiência. Algumas obras incorporam em si (em termos adornianos) antagonismos não resolvidos do processo histórico.

Alguns livros desenvolveram pesquisas de excelente nível sobre a problemática da representação de regimes autoritários na literatura brasileira. Cabe citar o trabalho de Regina Dalcastagné, *O espaço da dor*, que analisa as descrições de tortura em Renato Tapajós e as figurações cifradas do autoritarismo em Josué Guimarães; a consistente pesquisa de Nancy T. Baden, *The muffled cries*, que contextualiza historicamente a interpretação de autores como Tapajós, Fernando Gabeira e Wander

Pirolí, destacando na produção deste o incrível *Interrogatório*; o detalhado livro de Malcolm Silverman, *Protesto e o novo romance brasileiro*, que avalia uma série de romances, indicando em alguns casos a presença de estratégias inovadoras de expressão com valor para a crítica política; a pesquisa de Renato Franco sobre Ivan Ângelo, *Itinerário político no romance pós-64*, incluindo reflexão sobre a tortura; e a pesquisa de Henrique Manuel Ávila, *Da urgência à aprendizagem*, centrada nos anos 60. Em todos esses trabalhos encontramos, desenvolvida de diferentes modos, a idéia de que o regime ditatorial no Brasil exigiu mudanças nas condições de produção literária, incluindo renovações de linguagem e rupturas com valores tradicionais.

Dentre os recursos presentes na literatura do período para realizar a crítica política esteve o descentramento do foco narrativo. Esse recurso remonta a James Joyce e Virginia Woolf, e se tornou, nas mãos de escritores contemporâneos brasileiros, uma forma de aproximação de conflitos da realidade histórica, abrindo mão do realismo tradicional em sentido estrito, em que o narrador é onisciente e o tempo é ordenado. Gostaria de chamar a atenção para um caso de um escritor, especificamente, para formular o problema. Luís Fernando Veríssimo é conhecido como cronista de humor, consagrado como autor cômico, e exatamente por isso os estudos a respeito do autor deixaram de lado, muitas vezes, a dimensão séria e decisiva que ocupa a crítica histórico-política em parte de seus textos. Veríssimo escreveu uma estória chamada *O condomínio*, publicada em *Outras do analista de Bagé*, de 1984.

O enredo da estória coloca no espaço de um mesmo condomínio dois homens. Vizinhos, cada um tem um filho, e as crianças se tornam amigas. Quando João vê Sérgio no seu prédio, imediatamente lembra. Foi o homem que o torturou durante a ditadura militar. João entra em crise, quer ter certeza de que é o mesmo homem, lembrar de seu codinome; conversa com a esposa, antes militante e agora dona de casa. Ocorre uma reunião de condomínio, para tratar do problema dos riscos de assalto. Sérgio vem à reunião e oferece o serviço de segurança de sua firma, para trabalhar no prédio. João se assegura de que Sérgio é mesmo o seu torturador no passado.

Após certo ponto de andamento das conversas, João se dirige a Sérgio falando sobre o que sofreu no passado. Este, afinal, deixa claro que de fato é o torturador, fazendo referência às razões pelas quais João foi solto. A conversa é curta e seca. Outros personagens fazem comentários sobre os pobres, o medo dos ladrões, sendo quase todos comentários elitistas. Um dos vizinhos defende o Esquadrão da morte.

Após a reunião, sem que os outros vizinhos tomassem consciência do que se passara entre os dois, todos voltam para seus apartamentos. O texto termina mantendo a dúvida de João quanto ao codinome de Sérgio, e indicando que as crianças continuaram brincando juntas.

Escrito em linguagem coloquial, acessível ao leitor médio, o texto de Veríssimo tem como marca a divisão do foco narrativo. Boa parte da narração é feita em terceira pessoa, com distanciamento. Porém, certos fragmentos são destacados da margem e redigidos em itálico. Esses fragmentos sugerem esforços de compreensão do passado, e de interpretação do presente à luz do passado por parte de João. O fio condutor do relato alterna a narração em terceira pessoa com reflexões pontuais, exigindo do leitor um movimento constante de reflexão, capaz de articular, em montagem descontínua, os fragmentos de passado e presente em um conjunto. Os elementos do texto, entretanto, não chegam a estabelecer uma forma perfeita de entendimento. Incertezas permanecem no final.

A ironia profunda do autor consiste em trabalhar com o limite tênue entre o sombrio estranhamento do torturado que reconhece a figura terrível de seu torturador, e a trivialidade de um vizinho que encontra o outro em reunião de condomínio para tomar decisões comuns. Essa combinação inesperada do horror com o banal, do passado com o presente, do inaceitável com a decisão em acordo, está associada ao procedimento narrativo, que ambigualmente põe em movimento o olhar do leitor, de um lado para outro. O intenso sofrimento de João, que surge em faíscas, se mistura na trivialidade da reunião com o individualismo de seus vizinhos. O fato de as crianças brincarem juntas indica que o presente, à revelia do passado, não é controlado pelos valores interiorizados por João. Entre seu filho e o filho do torturador não se estabelece tensão alguma.

O texto de Veríssimo é brilhante não apenas por exigir do leitor o movimento reflexivo de articulação entre passado e presente, necessário para a consciência crítica da complexidade da História, mas sobretudo por colocar em questão a pouca relevância da memória de João em termos de influência na definição do modo de vida de seu filho. Saber da tortura não retira o filho de João da convivência com o filho do torturador. O conhecimento do passado não preserva ninguém, no presente, de se expor, sem saber, à convivência com um torturador. Os diálogos entre os vários vizinhos em torno de João e Sérgio ao longo da reunião estão em plena consonância com as teses dos sociólogos citados: a elite mantém interesses de orientação autoritária, valoriza hierarquias,

preconceitos, prega a exclusão em nome da “segurança”, tal como faziam os piores líderes do Estado Novo.

A fragmentação da narração está associada à melancolia de João, à sua dificuldade em lidar com o trauma da tortura. Esse dilema melancólico está ligado ao ambiente pós-ditatorial, em que a sociedade não consegue recompor perdas humanas, como explica Idelber Avelar. Sua memória opera problemáticamente, ele fica perturbado, não lembra do codinome do torturador. Não consegue nem por um lado chegar à compreensão plena do sentido dos acontecimentos, ou interferir de modo a reagir ou reparar o dano, nem ignorar e cair na trivialidade. Entre os extremos, João oscila e acompanha seu filho, ignorando tudo, conviver com o filho do torturador.

O texto ficcional de Luís Fernando Veríssimo, embora curto e deixando de lado qualquer relato direto de cenas de tortura, consegue colocar em cena um elemento cuja representação é muito delicada: o fato de que aqueles que se submetem à tortura, como João, são atingidos por ela, com efeitos por tempo indeterminado, talvez longo, talvez pela vida inteira, na própria base de seu relacionamento com a realidade externa. João tem abaladas sua memória, sua autoconsciência e sua relação com os outros, o que se evidencia a partir do momento, quando inicia a narrativa, que afirma ter visto em seu prédio o homem que o torturou vários anos atrás. A persistência vã em lembrar o codinome dele sinaliza a enorme dificuldade, alargada pela insistência, de rever a cena dolorosa que nem João nem o leitor conseguem vislumbrar, e que fica sugerida pelas indicações do impacto do trauma na conduta tensa do protagonista.

Em seu brilhante livro *Exílio e tortura*, os psicanalistas Maren e Marcelo Viñar apresentam relatos de pacientes torturados no Uruguai, e elaboram reflexões conceituais sobre as dificuldades específicas desses pacientes. Fazem isso sem evitar que apareçam em suas próprias análises marcas de preocupação e perplexidade diante das causas históricas dos danos psíquicos que procuram tratar. O livro contém descrições minuciosas de sessões de tortura. O estudo de casos leva os autores a definir o objetivo da tortura como “provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem” (VIÑAR & VIÑAR, 1992:73). Esse objetivo seria atingido em três etapas temporais: a destruição dos valores e convicções do indivíduo; a desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo; e por fim, a resolução desta experiência limite (Idem: 45).

A abordagem dos autores converge com a de Hélio Pellegrino, exposta no livro *Brasil: nunca mais*. Para Pellegrino, “a tortura busca, à

custa do sofrimento corporal insustentável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. (...) O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária – da pessoa, enquanto ser encarnado. (...) o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto” (1996:282).

Em um dos casos examinados em *Exílio e tortura*, após ser mantido semanas sem comer, sem beber e em posição de pé, um rapaz tem seu comportamento transformado. Tendo estado consciente, capaz de resistir à indução ideológica dos agressores, ele vai aos poucos se transformando em razão da degradação corporal e da intolerabilidade da dor. Em certo ponto, o ponto extremo em que seus valores foram atingidos e sua relação consigo mesmo foi inteiramente desorientada, o sujeito não se reconhece mais como a si mesmo, mas como a um outro. E este outro, ao contrastar o vazio de sentido do próprio corpo e a imagem composta do inimigo à sua frente, vê neste a possibilidade de resgate de uma organização de sua constituição como sujeito. Por isso, passa a dirigir-se a si mesmo com um pensamento equivalente ao do torturador. Essa inversão, caracterizada pelos autores como queda em um “buraco sinistro” (idem: 47) e “cura monstruosa da catástrofe psicótica” (idem, 49), seria o resultado esperado pelo torturador.

A estória do rapaz em causa, para os autores, não é fora do comum, mas ordinária e exemplar. Por isso, acentuam a conexão direta entre o problema individual colocado para o psicanalista e o problema social que atinge coletivamente a população. A problematização da memória, que se torna campo de interesse no tratamento do paciente, é vista pelos autores na dimensão histórica. O regime autoritário problematiza a formação da memória social. Diferentemente das lideranças autoritárias arcaicas, em que um homem conduzia de modo extremo seu povo para o confronto de guerra com inimigos por razões arrogantes, a estratégia dos autoritarismos latino-americanos do século XX, de modo geral, tem sido utilizar a ideologia da “segurança nacional”, tornando a figura do inimigo não necessariamente um dado externo à realidade do país, mas sobretudo interno. O que mais preocupa, nessa orientação ideológica, não é a violência do país vizinho, mas a violência potencial do subversivo clandestino que mora na casa ao lado (idem: 134). Os regimes ditatoriais da América Latina, em várias situações, reforçaram a idéia de que a guerra ocorre no interior do espaço social, e que todos devem estar em alerta. Essa paranóia de fundamentos

totalitários subverte, para a perspectiva psicanalítica, as condições necessárias para o empreendimento da civilização.

Para que essa estratégia funcione, a degradação da memória social é um elemento decisivo. A tensão entre linguagem e silêncio, entre o que falar e o que calar, é uma das suas marcas. O cultivo do fascínio pelo horror, e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro, também interessam. Os psicanalistas, no livro *Exílio e tortura*, explicam que a grande dificuldade de obter informações de seus pacientes está na quebra da relação harmônica entre linguagem, memória e corpo, provocada pela tortura. A possibilidade de pensar de modo articulado passado e presente fracassa, como se o passado estivesse potencialmente atualizado em todo o presente, e ao mesmo tempo escapasse da possibilidade de referência abstrata, que exige do sujeito um distanciamento reflexivo de sua própria experiência. Ele não domina as condições necessárias para reger esse distanciamento sem se perder. Para os autores, a tortura provoca uma ruptura da identidade que, em parte, é definitiva, irreversível.

Nesse sentido, é espantoso comparar o modo como os responsáveis pelos regimes autoritários descrevem a tortura, e como esta surge na voz das próprias vítimas, e ainda na de seus parentes. Durante a Ditadura Militar recente no Brasil, segundo o livro *Brasil: nunca mais*, a tortura foi considerada por seus defensores “método científico”, sendo o Brasil modelo de “exportação tecnológica” (1996: 32-3). Como parte do sistema repressivo geral, a tortura era ensinada sistematicamente, havendo inclusive escolha de cobaias para demonstrações didáticas (1996: 31).

O livro é rico na exposição de dados referentes aos efeitos psicológicos da tortura nas vítimas. Entre eles, dois efeitos se destacam – a problematização do uso da linguagem e a vontade de suicidar-se. O ponto comum a ambos os efeitos é a recusa da possibilidade da volta, a resistência ao reencontro com a cena traumática. O livro traz relatórios médicos sobre vítimas de tortura em que encontramos as seguintes referências (cada trecho transcrito é proveniente de um relatório):

“(...) os médicos, inclusive, achavam que o interrogando não estava em perfeito estado psíquico, falava sozinho, dizendo palavras desconexas (...)” (p.216)

“(...) não raciocinando mais, inclusive, ao chegar numa cela coletiva às 8 horas da noite, falando sem parar até as 3 da manhã, emitindo palavras desconexas; (...) que atualmente continua sendo vítima de alucinações, depressões, que há momentos em que sente vontade de morrer, presa de alucinações e sofrimentos psíquicos (...)” (p.217)

“Apresentou a seguir estado confusional agudo, desorientação temporal, perda de senso de realidade e idéias de autoexterminio. Tinha

a impressão durante a noite, de que o interrogatório a que foi submetida continuava sem cessar, não conseguia distinguir o real do imaginário, não sabendo precisar por quanto tempo permaneceu naquele estado” (p.217)

Entre os relatórios médicos e as falas das próprias vítimas, há diferenças fundamentais. É no contraste entre diversas formas de discurso que conseguimos obter maior visibilidade às conseqüências da tortura, e pensar os problemas referentes às possibilidades de sua representação. Tomemos, por um lado, documentos recuperados por Ayrton Baffa no livro *Nos porões do SNI*, em que está exposta uma concepção descritiva da tortura, com detalhamento técnico e metodológico de emprego dos instrumentos, formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil em 1975. Por outro, um depoimento transcrito no livro *Relatório Azul*, e um dos reunidos por José Geraldo Vasconcelos em *Memórias do silêncio*. Passemos à transcrição de trechos.

- “*pau-de-arara*”: (...) Aplicado já nos tempos da escravidão para castigar escravos “rebeldes”, consiste em amarrar punhos e pés do torturado já despido, e sentado no chão, forçando-o a dobrar os joelhos e a envolvê-los com os braços; em seguida, passar uma barra de ferro de lado a lado – perpendicularmente ao eixo longitudinal do corpo – por um estreito vão formado entre os joelhos fletidos e as dobras do cotovelo. A barra é suspensa e apoiada em dois cavaletes (no Deops de São Paulo, os cavaletes são substituídos por duas escrivaninhas), ficando o preso dependurado. A posição provoca fortes e crescentes dores em todo o corpo, especialmente nos braços, pernas, costas e pescoço, ao que se soma o estrangulamento da circulação sanguínea nos membros superiores e inferiores” (*Nos porões do SNI*, 66-7)

- “*choque elétrico*”: é a aplicação de descargas elétricas em várias partes do corpo torturado, preferencialmente nas partes mais sensíveis, como, por exemplo, no pênis e no ânus, amarrando-se um pólo no primeiro e introduzindo-se outro no segundo; ou amarrando-se um pólo nos testículos e outro no ouvido; ou, ainda, nos dedos de pés e mãos, na língua, etc. (Quando se trata de presas políticas, os pólos costumam ser introduzidos na vagina e no ânus). (...) O choque queima partes sensíveis do corpo e leva o torturado a convulsões. (...) provoca grandes distúrbios na memória e sensível diminuição da capacidade de pensar e, às vezes, amnésia definitiva.” (*Nos porões do SNI*, 67)

- “*crucifixação*”: embora conhecido por tal nome, na verdade esse método consiste em pendurar a vítima pelas mãos ou pés amarrados, em ganchos presos no teto ou em escadas, deixando-a pendurada, e aplicando-lhe choques elétricos, palmatórias e as outras torturas usuais” (*Nos porões do SNI*, 69)

“Vieram então socos de todos os lados. Insistiram na pergunta, com socos na boca do estômago e do tórax. Mal podendo falar, eu disse que meu nome estava na carteira de identidade. Aumentou a violência. Ligaram fios e vieram os choques. Fiquei muda daí para a frente. Quando paravam os choques, vinham as perguntas. Mas meu silêncio continuava. Eu só pensava que ali estava terminando a minha vida (...) Fui colocada no pau-de-arara. Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido relato sobre torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. (...) E eu seguia muda. A raiva era tanta que não conseguia gritar (...) Colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Não sei quanto tempo isso durou nem quantas vezes aconteceu esse ritual macabro. Assombrava-me ao perceber que, nos intervalos, eles comiam, conversavam, como se há instantes não estivessem cometendo aquelas atrocidades” (Relatório Azul, 307).

“Você nu, levando pancada, batendo com a cabeça na parede e tentando deslocar o seu pescoço; depois foi derramado álcool no corpo todo com ameaças de incendiar. (...) Na 2ª sessão era um fio elétrico amarrado no dedo da mão e do pé. Esse foi violento, tanto ficou preto como carvão o dedo da mão quanto o do pé. Eles iam levantando a gente do chão. Era um choque muito forte. Tinha horas que eu ficava com o corpo todo se batendo. (...) Depois disso passou para a palmatória: pancadas muito fortes nas mãos e nas nádegas. Teve também uma ameaça de introduzir um cacete de borracha no ânus, mas em mim eles não fizeram isso; em alguns dos meus companheiros, eles fizeram. Eu me lembro de um companheiro que fizeram e ele morreu por esse motivo. Parece-me que ele tinha um problema de hemorróidas. Daí perdemos a noção de tempo, não sei a que horas foi isso. Lá eram 3 turnos. De 8 em 8 horas. Mas você perde totalmente, não sabe se é de noite ou de dia, você está com o capuz, deve ser subterrâneo. (...) Depois levam você para uma cela que é tipo uma geladeira. (...) Uma vez eu desmaiei numa dessas celas, tinha um ar muito gelado. Quando ouvi um deles gritando que desligasse senão eu viraria picolé, mas eu já tinha perdido o sentido.” (Memórias do silêncio, 122-4)

Quando descritos tecnicamente, para fins de compreensão consciente, como no caso do documento da Ordem dos Advogados do Brasil levantado por Ayrton Baffa, os instrumentos de tortura são apresentados em seu aspecto de engenho mecânico. Trata-se de apresentar a estrutura e o funcionamento de um instrumento repressivo, concebido com o fim de provocar sofrimento. A utilização de palavras próprias da norma culta, como os advérbios “perpendicularmente” e “preferencialmente”, e os adjetivos “longitudinal” e “usuais”, indica a possibilidade de domínio de um repertório lexical extenso, de um modo eficiente de lidar com a linguagem, de acordo com padrões de expressão

rigorosos e exigentes. A objetividade que isso indica está associada à absoluta ausência, nas descrições técnicas, de conotação emocional no sofrimento causado. Descrever a tortura em termos técnicos – mesmo que seja para fins de denúncia contra a repressão, como é o caso do documento citado – apaga as marcas do que ela teria de intolerável, assimilando-a ao domínio dos sistemas de catalogação, das classificações, das conceituações, em que tudo pode ser tornado familiar. No entanto, a descrição dos instrumentos em nada se assemelha, em procedimentos discursivos, aos depoimentos dos torturados.

Tanto no discurso dos médicos como na descrição transcrita por Baffa, a linguagem é ordenada em sintaxe convencional. Sujeito e objeto, antes e depois, todo e partes são elementos que podem ser identificados com precisão. Nas falas dos torturados a situação é diferente. Considere-se o primeiro fragmento. O sujeito da frase “*Insistiram na pergunta, com socos na boca do estômago e do tórax*” não é identificado. A desinência faz supor a presença de “eles”, os responsáveis, sem nome, que a situação não permite identificar com clareza. “*Mal podendo falar, eu disse que meu nome estava na carteira de identidade*” Falar sobre o próprio nome se torna uma situação de tensão dentro do processo violento. “Mal poder falar”, de fato, é uma seqüela comum entre os torturados. Depois dos choques, o uso de linguagem é inteiramente esvaziado: “*Fiquei muda daí para a frente. Quando paravam os choques, vinham as perguntas. Mas meu silêncio continuava.*” Após o esvaziamento da linguagem, segue-se de imediato o esvaziamento de sentido da vida como um todo: “*Eu só pensava que ali estava terminando a minha vida*”

O depoimento indica comparação entre a percepção conceitual abstrata prévia da tortura e a vivência real, mostrando ser a segunda muito superior em dor “*Fui colocada no pau-de-arara. Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido relato sobre torturas.*” A agressão ao útero, associado à possibilidade de gerar vida, é sentida como extremo de invasão íntima: “*Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero.*” A intensidade da violência não suscita palavras, mas silêncio, agonia calada. “*E eu seguia muda. A raiva era tanta que não conseguia gritar*” Perdidos o domínio da linguagem e o sentido da existência, perde-se a noção de medida de tempo. “*Colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Não sei quanto tempo isso durou nem quantas vezes aconteceu esse ritual macabro.*” Sem linguagem, sem sentido, sem tempo, a torturada é levada

ao esgotamento, que contrasta com a atitude trivial dos torturadores, que em nada se alteram ou se espantam. *“Assombrava-me ao perceber que, nos intervalos, eles comiam, conversavam, como se há instantes não estivessem cometendo aquelas atrocidades”*.

No segundo fragmento, as referências são colocadas em transtorno. O uso da segunda pessoa (você, seu pescoço) em lugar de primeira pessoa projeta o interlocutor na posição de torturado. *“Você nu, levando pancada, batendo com a cabeça na parede e tentando deslocar o seu pescoço”*. A renúncia à utilização do “eu”, ao mesmo tempo em que cria uma cumplicidade inusitada entre emissor e ouvinte do depoimento, remete também à dificuldade de sustentar uma imagem clara do “Eu” em cena tão dolorosa com objetividade. Consciente de não ser o único sujeito à tortura, a voz do torturado apresenta a dor dos outros no interior do processo narrativo em que expõe a sua, suprimindo as fronteiras entre ele e os outros à sua volta, que com ele partilham o terror. *“Teve também uma ameaça de introduzir um cacete de borracha no ânus, mas em mim eles não fizeram isso; em alguns dos meus companheiros, eles fizeram. Eu me lembro de um companheiro que fizeram e ele morreu por esse motivo. Parece-me que ele tinha um problema de hemorróidas.”*

Em analogia com o caso anterior, o torturado manifesta dificuldade de medir a passagem do tempo. *“Daí perdemos a noção de tempo, não sei a que horas foi isso. Lá eram 3 turnos. De 8 em 8 horas. Mas você perde totalmente, não sabe se é de noite ou de dia, você está com o capuz, deve ser subterrâneo”*. Na passagem referente ao desmaio, o procedimento discursivo cria um caso de eclipse temporal e subjetiva como resultado do esgotamento das condições de controlar as próprias referências de percepção. Lendo a passagem, ficamos sem saber como ouviu o grito, se já tinha perdido os sentidos. O paradoxo, que suspende a logicidade da sucessão temporal, desdobra o desmaio em partes, de modo onírico. *“Uma vez eu desmaiei numa dessas celas, tinha um ar muito gelado. Quando ouvi um deles gritando que desligasse senão eu viraria picolé, mas eu já tinha perdido o sentido.”* A utilização da palavra “já” e do passado na conjugação do verbo “ter” antecipam a perda de sentidos com relação ao grito, o que põe em dúvida como possa ter ocorrido a escuta.

Em textos literários, como os de Renato Tapajós, Ivan Ângelo, e *O condomínio* de Luís Fernando Veríssimo, são empregados recursos, como o deslocamento do foco narrativo e a suspensão da linearidade temporal, que tornam o leitor próximo dos procedimentos expressivos dos torturados, que após viverem a dor em extremo perdem as

referências precisas de constituição de sujeito, de organização de tempo, de convenções da linguagem. A importância da literatura para a consciência social nesse sentido é enorme, por conseguir, através de recursos de construção, certa fidelidade ao impacto da violência funda que resulta aos que viveram, direta ou indiretamente, o impacto da experiência da tortura. Um texto como *O condomínio* mostra mais, por afinidade de procedimentos discursivos, sobre a interioridade de um torturado, do que uma descrição objetiva e técnica de um choque elétrico. O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto. O esquecimento é, nesse sentido, em si, uma catástrofe coletiva. A leitura de textos literários voltados para o tema pode contribuir para evitar a banalização. Evitar que os filhos de João e Sérgio continuem brincando juntos, sem perceber o que houve com seus pais, como alerta o final do texto de Luís Fernando Veríssimo, e cresçam sem saber e sem ter como saber.

Referências bibliográficas

1. ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Lisboa: Martins Fontes, 1988.
2. AVELAR, Idelber. **The Untimely Present. Postdictatorial Latin American Fiction and the Task of Mourning**. Durham: Duke University Press, 1998.
3. ÁVILA, Henrique Manuel. **Da urgência à aprendizagem. Sentido da história e romance brasileiro dos anos 60**. Londrina: Ed. UEL, 1997.
4. BADEN, Nancy. The muffled cries. **The writer and literature in authoritarian Brazil, 1964-1985**. Boston: University Press of America, 1999.
5. BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
6. CANDIDO, Antonio. Censura-violência. In: _____. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
7. COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório Azul 1997**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998.
8. DA MATTA, Roberto et alii. **Violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
9. DALCASTAGNÉ, Regina. **O espaço da dor. O regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Ed. UNB, 1996.
10. DELLASOPPA, Emílio. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. **Revista USP**. São Paulo: USP, 1991. n.9.
11. DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços. Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
12. FOSTER, David William. **Violence in argentine literature. Cultural responses to tyranny**. Columbia: Missouri Press, 1995.
13. FRANCO, Renato. **Itinerário político do romance pós-64: A Festa**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
14. HARDMAN, Francisco Foot. Visões da guerra: o Brasil na crise da civilização. In: LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra, orgs. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Unicamp, 1998.
15. JORDÃO, Fernando. **Dossiê Herzog**. São Paulo: Global, 1979.
16. LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Unb, 1981.

17. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**. São Paulo: USP, 1991. n.9.
18. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Escritos indignados**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
19. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Tortura sempre. In: VÁRIOS. **Democracia x Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
20. RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. **Razões públicas, emoções privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
21. ROSENFELD, Anatol. Arte e fascismo. In: _____. **Texto / contexto II**. São Paulo: Perspectiva / Edusp / Ed Unicamp, 1993.
22. SANTOS, José Vicente & TIRELLI, Cláudia. A ordem pública e o ofício da polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: SOUSA, Edson Luiz, org. **Psicanálise e colonização**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
23. SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, Carlos Alberto et alii. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
24. SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
25. SEGATTO, Jose Antonio. Cidadania e ficção. In: VÁRIOS. **Sociedade e literatura no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1999.
26. SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio, orgs. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
27. SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS / Ed. UFSCAR, 1995.
28. SOUZA, Percival de et alii. **Violência e repressão**. São Paulo: Símbolo, 1978.
29. STEINER, George. **No Castelo de Barba Azul**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
30. SULEIMAN, Susan R. **Authoritarian fictions**. New Jersey: Princeton, 1983.
31. TAL, Tzvi. Imaginando ditaduras – memória histórica y narrativa em películas del cono sur. **Letras**. Santa Maria: Mestrado em Letras da UFSM, 2000. n.16.
32. VÁRIOS. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
33. VASCONCELOS, José Geraldo. **Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário**. Fortaleza: UFC, 1998.
34. VERÍSSIMO, Luís Fernando. O condomínio. In: _____. **Outras do Analista de Bagé**. Porto Alegre: L & PM, 1982.
35. VIEIRA, Oscar Vilhena. Sociedade x Estado. **Revista USP**. São Paulo: USP, 1991. n.9.
36. VIÑAR, Maren & VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.
37. ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia, org. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.

(*) Professor de Literatura na Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Letras. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Coordenador do Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo.